

Cabo Verde: Papel Central para Empresas em Novo Acordo Estratégico

Pesquisa e Análise

1. A totalidade dos pontos propostos para inclusão no Acordo de Concertação Estratégica (ACE) pelas duas centrais sindicais (UNTC-SL e CCSL) e Câmaras do Comércio (Barlavento e Sotavento) e do Turismo foram aceites pelo Governo durante a negociação do documento, em sede do Conselho de Concertação Social (CCS), aprovado em Jun. e formalmente assinado pelas partes a 11.Jul na Praia.

O documento contempla um conjunto de medidas, a implementar ao longo da legislatura, para reforma do sistema de Ensino, da Administração Pública, Justiça e ambiente de negócios. Conjuga instrumentos tendentes a aumentar a despesa do Estado e custos para as empresas, com outras de estímulo ao empresariado.

A iniciativa do Governo em criar o Fundo Soberano de Garantia do Investimento Privado, foi particularmente valorizada pelos parceiros sociais, enquanto medida para ultrapassar o bloqueio no financiamento à economia. Principais medidas contidas no ACE:

- Entrada em vigor do subsídio de desemprego, que ainda será regulado;
- Aumento gradual do salário mínimo até atingir os 15 mil escudos (EUR 136) até 2021, no final da atual legislatura;
- Fixação das metas de redução da pobreza relativa e da pobreza extrema em 16% e 5%, respectivamente;
- Reembolso de todo o IUR e IVA em dívida até finais de 2018;
- Regularização das situações pendentes relativas aos estatutos dos funcionários públicos, às reclassificações, promoções e progressões, até finais de 2019;
- Cumprimento das metas de crescimento económico (7%) e de geração de emprego (45.000 novos postos de trabalho) para a legislatura;
- Introdução do rendimento social de inclusão de forma efetiva em 2018;
- Apresentação ao CCS, até ao final do ano de 2017, uma proposta de revisão dos estatutos do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS);
- Descentralização de competências para as associações representativas do empresariado;
- Reforço da eficiência do sistema de transportes aéreos, marítimos e terrestres.

Numa viragem em relação à política dos anteriores governos, em que o Estado se assumia como motor do crescimento económico, o ACE confere um papel central à promoção do investimento privado e atração do investimento estrangeiro. A capacidade de o Governo conseguir criar condições para as empresas acederem ao mercado internacional de capitais para se financiarem é apontada por fontes locais como factor crítico de sucesso do acordo.

Os potenciais constrangimentos ao ACE, e ao aproveitamento de oportunidades internacionais disponíveis, situam-se na lentidão da administração pública e na tomada de decisão do Governo, bem como no ambiente de crispação política com as oposições (PAICV e UCID), que pode bloquear acordos parlamentares necessários à implementação de algumas das reformas.

O principal impulso do ACE é identificado no consenso que envolve o Governo, as duas centrais sindicais e todas as câmaras de comércio e demais associações empresariais, com aumento substancial da confiança entre os parceiros.

2. A dinamização da actividade económica é o principal objectivo de um conjunto de reformas programadas ou em execução, nomeadamente a nível fiscal, pelo Governo. O investimento direto estrangeiro é considerado vital para a economia, tendo em conta a redução da ajuda bilateral e dos empréstimos concessionais, com a entrada do país no leque de países de rendimento médio.

O crescimento económico acelerou em 2016 para 3.9%, face a 1.9% registados no ano anterior, e depois de alguns anos entre 1-2%. Turismo e serviços relacionados com a atividade turística foram os motores do crescimento, a par da Agricultura. A procura interna mostrou sinais de recuperação, com o aumento do consumo público, assim como do crédito ao sector privado.

As principais previsões apontam para manutenção da tendência em 2017, mas a procura interna permanece fraca e a incerteza na economia internacional poderão representar riscos a nível interno. Segundo o Fundo Monetário Internacional, a economia deverá acelerar ligeiramente em 2017, com um crescimento estimado em 4%.

O Governo quer elevar a posição do arquipélago no ranking “Doing Business”, da actual 129^a posição, para a 50^a. O país tem mantido a sua posição, enquanto outros no continente registam subidas acentuadas, p.ex. o Ruanda, que em 10 anos subiu mais de 100 posições.

Na perspectiva da melhoria do ambiente de negócios, o acordo do Governo com os parceiros sociais contempla um conjunto medidas de dinamização da actividade económica, nomeadamente:

- Reforma das instituições de apoio e promoção ao empreendedorismo e atividade empresarial, algumas das quais tinham missões e competências sobrepostas (Cabo Verde Investimento, IADE, CV Garante, etc);
- Passagem do fundo de garantia da CV Garante para o domínio público, com uma capitalização na ordem dos EUR 3 milhões, a aumentar para EUR 10 milhões de euros em 2018;
- Constituição de linhas de crédito no valor de EUR 35 milhões para pequenas e médias empresas;
- Criação de uma sociedade de fundo de capital de risco, com um capital inicial de EUR 2 milhões, devendo atingir EUR 10 milhões em função da procura;
- Reforço da posição do Estado na Caixa Económica de Cabo Verde (AM Intelligence 1002);
- Reforma do sector empresarial do Estado;
- Medidas de redução do custo de contexto e sobre a fiscalidade;
- Redução das tarifas de electricidade, até o final de 2017, com a substituição do tipo de combustível usado nas centrais de Santiago, Sal, Fogo e Santo Antão; prevista redução de 15% do custo de produção da electricidade, com impacto de 6% nas tarifas.

3. As elevadas taxas de juro estão no topo das queixas dos empresários locais há vários anos, e são geralmente consideradas um entrave ao investimento no sector do turismo, “motor” da economia, serviços conexos, e também projectos ligados ao mar, travando o crescimento económico e a afirmação do empresariado local.

A recente decisão do Banco de Cabo Verde, Jun.2017, de descida das taxas de referência para estimular a concessão de crédito, foi aproveitada por algumas figuras públicas, nomeadamente o ex-PM (MpD) Gualberto Rosário, apontarem para a limitação do impacto de tais medidas devido ao potencial para o BCA, líder de mercado, não as aplicar.

Actualmente, o nível de poupança interno é considerado insuficiente para garantir o financiamento à economia. A soma do capital de todos os bancos é de apenas c. EUR 60 milhões.

O acesso à poupança internacional é a solução mais imediata para a situação. Em Jun., o PM anunciou a constituição de um fundo de garantias dotado de c. EUR 100 milhões, para facilitar o acesso pelos bancos aos mercados internacionais. O montante é considerado insuficiente, face às necessidades presentes, decorrendo negociações para o seu reforço.

A dotação inicial resulta da mobilização do “trust fund” disponibilizado por parceiros internacionais, e depositado junto do Banco de Portugal, para garantia da convertibilidade escudo em relação ao euro, no âmbito do acordo de paridade cambial, de 1998.

4. O governo mantém o compromisso de reduzir os impostos em 5 ppc até o fim da legislatura. A par da redução efetiva da taxa nominal dos impostos, pretende aumentar a base tributária, combatendo a informalidade, melhorando a eficiência e eficácia da administração fiscal. O sector informal representa c. 20-22% do PIB.

Para ganhar “margem” para a descida, sem penalizar as receitas, a reforma tributária a implementar nos próximos dois anos prevê o combate à informalidade, fuga, fraude e evasão fiscal. O peso dos impostos no PIB é actualmente de c. de 19.5%.

O objectivo é implementar uma fiscalidade mais ligeira em relação à incidência, um quadro fiscal mais simples e uma administração fiscal que seja capaz de fazer aumentar a base tributária para que se possa ter espaço para uma redução efetiva da taxa de tributação. Segundo fontes próximas do Governo, o aumento de receitas envolverá um alargamento da base tributária, em vez de um aumento da pressão fiscal ou da taxa de incidência.

5. Economistas de referência consideram significativos os desafios que se colocam ao país a nível económico, com destaque para a sustentabilidade do crescimento económico, das finanças públicas (sobretudo da dívida pública) e da balança de pagamentos.

A melhoria do ambiente de negócios passa também pelo alívio das contas públicas. O défice orçamental atingiu 3.6% do PIB em 2016, representando uma melhoria de 1 ppc em relação a 2015.

Embora o défice orçamental seja inferior ao do ano anterior, não foi, todavia, suficiente para reduzir o stock da dívida, que aumentou 4.4 ppc, atingindo 131.2% do PIB. Embora esta tenha sido a taxa de crescimento da dívida mais baixa desde 2008, aos níveis actuais o país enfrenta um elevado risco de sobre-endividamento.

O valor elevado da dívida reflete, nos últimos anos, sobretudo o esforço de investimento público, financiado fundamentalmente com recursos concessionais, cuja taxa média de juro se situa em torno de 1.5%.

O Grupo de Ajuda Orçamental (GAO) tem vindo a recomendar que o governo atue rapidamente no sentido de melhorar a capacidade de gestão da dívida, incluindo uma estratégia de redução. Os riscos associados às empresas estatais são fonte de preocupação particular.

No seu último relatório sobre Cabo Verde, a agência de notação financeira Standard & Poor's alerta para que os níveis da dívida pública líquida e do défice da conta corrente permanecem muito elevados. Os riscos de um desempenho da balança de pagamentos mais fraco do que o antecipado são contrabalançados por um potencial de maior crescimento económico, relacionado com o investimento estrangeiro associado ao Turismo, considera.

(FIM)

A matéria constante do conteúdo de África Monitor é de natureza confidencial. Destina-se apenas aos seus subscritores e para seu próprio uso. Não pode ser publicada ou, por nenhuma forma, distribuída. Os direitos de autor permanecem como propriedade de África Monitor.